



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026**

**CONTRATO Nº 027/2026**

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO/MG, CNPJ nº 18.334.284/0001-18, com sede na Avenida Prefeito Carlito Caetano Campos, nº 235, Bairro Sagrada Família, Córrego Novo/MG, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Obras, Sr. Ronilson Douglas Pereira, inscrito no CPF sob o nº 112.810.396-67, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa L & V VAREJO ATACADO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.941.470/0001-43, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1062, Bairro Salatiel, Município de Caratinga/MG, CEP 35.300-541, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Vitor Ferreira Lopes, inscrito no CPF sob o nº 072.515.466-71, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, decorrente do Processo Licitatório nº 016/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº 008/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Processo Licitatório nº 016/2026, para futura e eventual aquisição de materiais asfálticos e agregados, destinados à execução de serviços de pavimentação, manutenção e recuperação da malha viária urbana do Município de Córrego Novo/MG, conforme condições, especificações, quantitativos e demais exigências constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor correspondente aos itens efetivamente fornecidos, conforme os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços nº 008/2026, observadas as Ordens de Fornecimento emitidas.

2.2. O valor a ser pago será apurado de acordo com as requisições regularmente emitidas e atendidas pela CONTRATADA, considerando-se exclusivamente os itens efetivamente fornecidos.

2.3. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

2.4. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogada, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.4.1. O prazo para solução, pela CONTRATADA, de inconsistências no fornecimento dos materiais ou no saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação, suspenderá o prazo de pagamento.

2.5. O pagamento das faturas seguirá a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à CONTRATADA manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



2.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade aplicada ou inadimplência contratual.

2.7. Os preços registrados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos materiais, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, frete, transporte, seguros e demais despesas, constituindo a única e integral contraprestação devida pela Administração.

2.8. Em caso de irregularidade na emissão da Nota Fiscal, o prazo de pagamento será reiniciado a partir da sua regularização e reapresentação.

2.9. O Município poderá sustar o pagamento enquanto não sanados defeitos, vícios ou incorreções constatadas no fornecimento dos materiais, bem como enquanto houver multa aplicada e não recolhida.

2.10. Os pagamentos efetuados não eximem a CONTRATADA das responsabilidades relativas à qualidade, conformidade e integral execução do objeto.

2.11. Nos casos de atraso de pagamento não justificado, provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada desde a data do vencimento até o efetivo pagamento, com juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

VP = Valor da parcela em atraso

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

$$I = (TX / 100) \div 30$$

TX = Taxa de juros mensal definida neste contrato.

---

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

3.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/1995 e nº 10.192/2001, os preços registrados poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste concedido.

3.2. Decorrido o prazo mínimo previsto no item anterior, os preços unitários registrados poderão ser reajustados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo por determinação governamental.

3.3. A aplicação do reajuste dar-se-á com base na variação acumulada do índice adotado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao pedido de reajustamento.

3.4. O reajuste não é automático, devendo ser solicitado pela CONTRATADA, devidamente instruído com memória de cálculo, ficando sua concessão condicionada à análise da Administração e à comprovação da manutenção da vantajosidade do preço registrado.

---

### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**



4.1. O fornecimento dos materiais ocorrerá conforme requisições emitidas pelas Secretarias Municipais demandantes, nos locais indicados pela Administração, observadas as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

4.2. O recebimento dos materiais será realizado por servidor ou comissão designada pela unidade requisitante, que procederá à verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações previstas no Edital e no Termo de Referência.

4.3. Constatada qualquer irregularidade, defeito, vício ou desconformidade nos materiais fornecidos, a CONTRATADA será notificada para promover a substituição ou correção, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.4. A fiscalização do contrato será exercida por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e registrar a execução contratual, bem como adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

4.5. O descumprimento injustificado dos prazos de fornecimento ou das condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação e neste instrumento.

---

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. São obrigações das partes:

### **I – DO CONTRATANTE**

- a) Emitir as requisições de fornecimento, indicando quantidades, locais de entrega e prazos;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão designada;
- c) Atestar o recebimento dos materiais fornecidos, quando em conformidade com as exigências contratuais;
- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, observadas as condições e prazos estabelecidos neste contrato;
- e) Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual.

---

### **II – DA CONTRATADA**

- a) Fornecer os materiais de acordo com as especificações, quantidades e prazos definidos no Edital, Termo de Referência e requisições da Administração;
- b) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, substituindo, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidade;
- c) Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento do objeto, inclusive tributos, encargos, transporte, frete e demais despesas;
- d) Responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;



f) Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, apresentando a documentação sempre que solicitada;

g) Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

---

## **CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais demandantes, consignadas na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado na Demonstração da Formalização da Demanda e reproduzidas no Edital do Pregão Eletrônico Nº 007/2026, em rubricas compatíveis com a natureza do objeto, devendo a execução financeira observar as respectivas Notas de Empenho emitidas para cada requisição.

---

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, com seu início contado da data de sua assinatura.

7.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do CONTRATANTE, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que mantido o interesse público e observada a vantagem para a Administração.

---

## **CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO**

8.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes, sem prejuízo da apuração de responsabilidades pelo descumprimento contratual.

8.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o ajuste não mais lhe oferece vantagem, mediante justificativa formal.

8.2. Nessa hipótese, a extinção contratual ocorrerá, preferencialmente, na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação da CONTRATADA com antecedência mínima de 2 (dois) meses.

8.3. Caso a notificação de não continuidade do contrato ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses contados da data da comunicação.

---

## **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9. 1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- XXV - deixar de repor funcionários faltosos;
- XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos



empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

9.4. Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

---

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

11.1. - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município e no PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

---

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. - Fica eleito o foro da comarca de Caratinga/MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

---

Córrego Novo, 12 de maio de 2026.

Ronilson Douglas Pereira  
Secretário Municipal de Obras  
CONTRATANTE

L & V VAREJO ATACADO E SERVIÇO LTDA  
Vitor Ferreira Lopes  
CONTRATADA



PREFEITURA DE  
**CÓRREGO NOVO**  
ESCREVENDO UMA NOVA HISTÓRIA  
GESTÃO 2025 - 2028

**SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
Setor de Licitações e Contratos

---

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF Nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF Nº \_\_\_\_\_





**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026**  
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº 027/2026**

O Município de Córrego Novo/MG torna público o resumo do Contrato nº 027/2026, firmado em decorrência do Processo Licitatório nº 016/2026 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 007/2026. Objeto: Contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº 008/2026 para futura e eventual aquisição de materiais asfálticos e agregados, destinados à execução de serviços de pavimentação, manutenção e recuperação da malha viária urbana do Município de Córrego Novo/MG, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital. Contratada: L & V VAREJO ATACADO E SERVIÇO LTDA CNPJ nº 26.941.470/0001-43 Valor do Contrato: R\$ 3.999.720,00 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte reais). Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

**CERTIDÃO DE PUBLICIDADE DE ATO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que o Contrato nº 027/2026, firmado em decorrência do Processo Licitatório nº 016/2026 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 007/2026, cujo objeto consiste na contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº 008/2026 para futura e eventual aquisição de materiais asfálticos e agregados, destinados à execução de serviços de pavimentação, manutenção e recuperação da malha viária urbana do Município de Córrego Novo/MG, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do, foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Córrego Novo/MG, no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em conformidade com o art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 14 da Lei Orgânica Municipal.

Córrego Novo/MG, 12 de maio de 2026.

Sávio Luide Pedra de Paula  
Pregoeiro



PREFEITURA DE  
**CÓRREGO NOVO**  
ESCREVENDO UMA NOVA HISTÓRIA  
GESTÃO 2025 - 2028

**SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
Setor de Licitações e Contratos